




4º SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO SINASEFE

A REDE FEDERAL E OS DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA



7 a 10 de
AGOSTO
2008



SINASEFE

Rio POMBA
MINAS GERAIS

4º Seminário de Educação do SINASEFE

Direção Nacional do SINASEFE

Biênio 2007/2009

Diretoria Nacional do SINASEFE – Biênio 2007/2009

Coordenação Geral:

Edmar da Rocha Marques – SINDSCOPE

Ricardo Eugênio Ferreira – SS Ouro Preto

Carlos Roberto Coelho Martins – SS CEFETSC

Coordenação de Administração e Finanças:

Secretária: Flávia Maria de Carvalho – SINTEFGO

1º Tesoureiro: Paulo Borges Verani – SS CEFETSC

2º Tesoureiro: Antonio José Sacilotti – SS Cuiabá

Coordenação de Pessoal:

Docente: Tânia Maria Barbosa Guerra – SS Pelotas

Técnico-Adm. Hélio Eugênio de Almeida – SS Barbacena

Aposentado: Luís Carlos Dill Silveira – SS Bento Gonçalves

Coordenação de Comunicação:

Secretário: Carlos Alberto Santos – SS Cárceres

Secretária-Adjunta: Elane de Souza Mafra – SS Manaus

Coordenação de Políticas Educacionais e Culturais:

Secretária: Eliza Magna B. Mendes – SINTIETFAL

Secretário-Adjunto: Ricardo Scopel Velho – SS Rio do Sul

Coordenação de Formação Política e Relações Sindicais:

Secretário: Irany Castro Balbino – SS São Paulo

Secretária-Adjunta: Ivelise dos S. Santos de Oliveira – ATEFCE

Coordenação Jurídica e Relação de Trabalho:

Secretário: José Carlos de Souza – SS Recife

Secretário-Adjunto: Marcos de Oliveira Silva – SS Colatina

Edição do Texto e Diagramação: Roberta Alves Ramos

4º SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

DE RIO POMBA

7, 8 E 9 DE AGOSTO DE 2008

APRESENTAÇÃO

O 4º Seminário de Educação do SINASEFE aconteceu em Rio Pomba, Minas Gerais. Ocorreu no CEFET localizado na cidade, onde foi sediado e organizado em parceria pelo SINASEFE Nacional e pela Seção Sindical de Rio Pomba.

A presença ativa dos servidores de âmbito nacional, aliada a uma escolha acertada dos nossos palestrantes, foi a tônica do evento. Essa presença dos delegados das seções se fez nas mesas matutinas e nos grupos de trabalho, no turno vespertino.

O ponto alto foi o debate sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que contou com a participação do CONEAF, SINASEFE e MEC/SETEC.

Houve aqui uma análise das entidades sobre os programas e modalidades de ensino que o MEC, por meio do PDE de 2007, ora implanta na rede, a exemplo da UAB, do E-TEC e do PROEJA. Os questionamentos foram bem contundentes. Entre outros, houve o debate em torno das práticas pedagógicas nas nossas instituições, a exemplo dos cursos médios técnicos integrados, assim como os tecnológicos, e concluímos que ainda há uma incidência bem grande dos métodos conservadores de educação nos cursos oferecidos.

A nova configuração da Rede: o surgimento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O debate foi bem amplo e a avaliação foi positiva, quando enxergamos a validade da expansão da rede para todo o território. Os questionamentos acerca dessa expansão, no que tange a estrutura, estão sendo dirimidos, porém, a infraestrutura necessária é o que nos preocupa. Um dos pontos graves é a deficiência de profissionais para abranger toda a demanda de matrículas. Outro, é a manutenção dos laboratórios, salas de audiovisual, sala de aula, com a excelência que a Rede precisa alcançar.

A palestra do professor Francisco Sobral trouxe um debate instigante sobre a relação entre o mercado globalizado e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

O questionamento sobre os APLs citados na Lei dos Institutos Federais foi intenso, principalmente quando no que se trata da dependência que isso pode gerar, criando assim um forte envolvimento com o mercado de trabalho, ou setor privado da sociedade e não público, como é o caso dos Institutos. Uma realidade já visível em várias instituições é a existência de laboratórios de empresas de grande porte instaladas em suas dependências, além da forte presença de participantes dessas empresas nos conselhos superiores.

O SINASEFE tem como bandeira de luta, por meio da pasta de Políticas Educacionais, a defesa do currículo de ensino integrado com uma visão menos tecnicista e mais emancipatória. Politécnica, enfatizando os princípios humanitários na Rede de Educação Profissional e Tecnológica. Para isso, o SINASEFE acredita na aproximação com os movimentos sociais.

A participação na construção dos planos, programas e projetos necessários à implantação dos novos Institutos é um dos caminhos para construirmos uma nova história, caso contrário, seremos gestores dos projetos do governo que naturalizou o mundo capitalista.

Algumas diretrizes foram adotadas a partir dessa discussão, como:

- O SINASEFE ter como bandeira de luta a defesa do currículo de ensino integrado; a aproximação com os movimentos sociais; participação na construção de PPP, PDI e outros; elaborar textos sobre

politecnia para estudo das Seções Sindicais;

- Construir uma nova educação é construir uma nova sociedade (são indissociáveis), caso contrário, seremos gestores dos projetos do governo que naturalizou o mundo capitalista. As tardes foram imensamente ricas, partindo de uma dinâmica que divide o grande grupo em subgrupos para debaterem questões pontuais.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE GRUPOS

GRUPO I

EAD: E-TEC e UAB

O grupo iniciou fazendo um questionamento sobre a consistência nas novas modalidades de ensino na Rede e sobre qual o posicionamento do SINASEFE, assim como sobre direcionamentos que o Sindicato Nacional, por meio da pasta de Políticas Educacionais, propõe para a Rede. Logo que começaram as discussões, houve a proposição de uma análise sobre o Decreto 6.301/07, que instituiu o SISTEMA ESCOLA TÉCNICA ABERTA DO BRASIL : O E-TEC.

Lembramo-nos de que modalidades experimentais na Rede podem ou não dar certo. No sistema de universidade aberta, já atuante na Rede, exige-se esforços extremos tanto dos alunos quanto dos professores. O hábito e a desenvoltura para estudar sozinho é um outro desafio, por não existir comumente. Assim como fazer a escolha do que se deve e precisa estudar, pesquisar, programar e organizar no cotidiano escolar, geralmente associado ao papel do professor e orientador.

Alguns questionamentos foram levantados:

Como construir a educação emancipatória que defendemos na Rede Federal de Educação Tecnológica?

Qual a condição para que o aluno fique realmente capacitado para o trabalho e para que possa construir seu conhecimento?

As maiores dificuldades para o bom andamento dos cursos e para evitar um alto grau de evasão estão na operacionalização, na desvalorização do professor, na falta de investimento na formação desses profissionais, na falta de diálogo com o governo. É difícil que ele se abra

para a discussão.

Quanto aos propósitos do governo de abrigar todos estes projetos nos Institutos, o questionamento é: como uma macroestrutura centralizadora poderá cumprir seu papel de forma satisfatória, sem que medidas mais abrangentes sejam tomadas? Só a existência de paliativo não resolve o problema da educação no Brasil.

E quanto aos desafios propostos para os profissionais da Rede, o grupo chegou à conclusão de que a opção pelos cursos à distância não é o caminho, porém uma opção de estudo, apesar das limitações e sacrifícios.

Não é uma experiência das mais seguras para a formação de jovens que não se encontram prontos para enfrentar a luta.

O SINASEFE, por meio da pasta de Políticas Educacionais, defende veementemente a garantia para todos da educação formal e integral de qualidade, onde a presença do professor é sempre necessária para a formação do aluno.

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Logos indissociável. Quando integrado, leva a bem sucedidas experiências na rede. Em geral, as instituições ainda faltam sistematizar este tripé. Em grande parte das nossas escolas, com ênfase em algumas de natureza agrícola, a pesquisa ainda tem um caráter de iniciação científica (feiras, amostras). O ensino, como prática humana que necessita lançar mão de metodologias, não pode se deixar engessar. Há que se qualificar os sujeitos do processo educativo, caso contrário, eles não irão acompanhar o tempo do aluno. Ao mesmo tempo, precisamos criar uma cultura dentro das instituições de que tanto a pesquisa quanto a extensão são fundamentais para a educação tecnológica. Cabe ao professor encontrar seu lugar, de acordo com o seu perfil profissional. Sabemos que a carga horária de pesquisa deve ser computada em sua totalidade, assim como as atividades de extensão.

Cada instituição deve possuir um plano de qualificação com cri-

térios, com regras bem definidas e sem discrepâncias entre elas.

O grupo sugere uma maior inserção da Rede na produção científica brasileira, partindo do incentivo do MEC e das agências de fomento à pesquisa.

Que as pesquisas elaboradas pelos profissionais e estudantes que constituem a Rede sejam ampliadas, além do incentivo à divulgação e participação dos trabalhos científicos hoje produzidos.

Há uma crítica ao fato de mestres e doutores ocuparem cargos administrativos que muitas vezes fogem de sua competência, deixando a desejar seu comprometimento com o ensino e a pesquisa. Há um fenômeno corrente nas instituições da Rede em que professores que possuem mais tempo de serviço demonstram pouco interesse para com a pesquisa e, por vezes, até mesmo para com a própria qualificação.

Os questionamentos levantados pelo grupo acerca do tema: ensino, pesquisa e extensão foram:

1. Extensão – para quem? A que interesse? Qual o seu caráter para a instituição?

2. Há um projeto de extensão nas instituições?

3. Há uma discussão acerca do funcionamento desse tripé no processo de transformação da Rede em Institutos?

4. E quanto à inserção cada vez maior dos alunos nos projetos de pesquisa, inclusive com bolsas de estudo?

5. Qual o papel das fundações nessas atividades de pesquisa e extensão?

6. É necessário dar ciência à comunidade dos projetos de pesquisa realizados?

7. Divisão de carga horária entre os professores de maneira equânime, de forma que cada professor possa fazer escolhas?

8. Extensão rural e engajamento social: maneiras de intervenção

local?

9. Quanto aos desafios propostos: Romper com a visão fragmentada do tripé - ensino, pesquisa e extensão.

10. Professor deve ser um fomentador da pesquisa para atender a sociedade.

11. Investimento na qualificação e na remuneração dos profissionais da educação.

12. Quais as pesquisas que são realizadas no âmbito do ensino médio técnico e no subsequente?

GRUPO II

LICENCIATURAS

O grupo avaliou que não se pode jamais ser contra a expansão da Rede, desde que ela venha para oferecer um ensino público de qualidade.

Neste sentido, entende-se que é necessário oferecer cursos de licenciatura. Porém há críticas muito graves à forma como esses cursos estão sendo implantados, com a utilização de programas de pouca consistência, limitando-os ao tecnicismo da Rede.

Propostas são apresentadas em detrimento de outros cursos de graduação, sem tempo hábil e para discutir e construir outras propostas com qualidade.

Há necessidade de uma reflexão crítica sobre a proposta de implantação de licenciaturas, bem como os critérios de criação dessas licenciaturas contextualizados nas diferentes realidades nacionais, com estudos incluindo os modelos de matrizes apresentados pelo MEC.

Acredita-se aqui, nessa discussão, que os cursos devem garantir a qualidade dos licenciados, tornando-se fundamental uma política de capacitação dos professores para a Rede, para que estes professores possam atuar nas licenciaturas. Capacitação que deve acontecer previamente à implantação das mesmas.

Temos falta de professores especializados para desenvolver um trabalho de qualidade. Verifica-se que para suprir essa lacuna, professores de outras áreas assumem disciplinas diversas.

Ao implantar as licenciaturas deve-se ter como princípios formar professores de qualidade, com programas e condições materiais, garantindo uma infraestrutura física e tecnológica, bem como investir nos recursos humanos que priorizem a garantia de uma educação que promova a emancipação dos seus sujeitos.

GRUPO III

PROGRAMAS: PROEJA, PROJOVEM, ESCOLA DE FÁBRICA, TEC-NEP.

Dos programas mencionados acima, o único que está sendo implantado na Rede e tendo uma atuação satisfatória é o PROEJA, que será o foco principal da avaliação feita pelo grupo. Ele diagnosticou que as dificuldades são muitas para o PROEJA: instituições com grande número de evasão nos cursos noturnos, existência de uma única turma e apresentando demora na abertura de novas matrículas para dar continuidade ao programa, na construção da grade curricular ou na promoção da adaptação dos alunos, além de fatores como a falta de discussão na comunidade escolar sobre essas dificuldades. O grupo entende que seria uma grande motivação e que poderia abrir caminhos para as soluções.

É necessário construir espaços democráticos de discussão, que sejam adequados, na construção das diretrizes para a educação que queremos atuar, como minorias ativas, para que os seguidores desenvolvam um esforço cotidiano na busca de uma educação emancipatória que tenha como objetivo ser um agente estimulador de transformação de comportamento.

Os questionamentos do grupo foram diversos:

1. Como executar esta tarefa que nos foi dada da melhor maneira possível?
2. Como a escola deve estimular a procura pelos programas?
3. Discussões problematizadoras acerca das histórias de vida dos sujeitos envolvidos são necessárias?

4. Como pode existir baixa demanda e alta evasão se os indicadores sociais indicam existência de número significativo de adultos com baixa escolaridade?

5. Os desafios aqui apontados são extremamente fortes. Precisa-se de disposição, paciência e resistência para discutir o que significa currículo integrado.

6. Há na Rede a necessidade de discutir a educação como um dos instrumentos de transformação da sociedade.

7. Ter claro se queremos, como entidade sindical, ser agentes de transformação da sociedade.

8. Construir uma nova educação é construir uma sociedade, são indissociáveis, senão nos tornamos fracos.

GRUPO IV

PROJETO DE LEI 3.775/2008

Foram destacados vários pontos que apontaram para a necessidade de formular propostas de modificação do Projeto de Lei e para o aprofundamento do debate sobre vários temas a seguir relacionados.

O texto do PL apresenta o advento dos Institutos como um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Esta afirmação foi contestada pelo grupo em razão das atribuições e natureza jurídica do CEFET já apresentar as mesmas atribuições. A diferença fica por conta da definição desses Institutos como instituição de educação superior.

O grupo questionou e se posicionou contrário a não citação do Colégio Pedro II, do INES, do IBC e dos Colégios Militares como instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica.

A análise do grupo se expressa para a submissão da Rede ao Mercado de Trabalho ao orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimular a pesquisa aplicada, o empreendedorismo, constituindo-se em centro de excelência do ensino de ciências e qualificar-se como centro de referência à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas e priorizando a divulgação científica. Estes objetivos, no entendimento do grupo estão distanciados da realidade da maioria das escolas da Rede, cuja vocação histórica sempre foi promover a formação de técnicos de nível médio com qualidade e, nos últimos anos, a promoção de cursos de tecnólogos como verticalização da educação profissional e tecnológica. O grupo entende que esta mudança de identidade de forma impositiva e generalizada, sem levar em conta a história de cada escola e as suas condições, certamente determinará a perda de identidade da Rede Federal cujas conseqüências são imprevisíveis. O grupo defende que o

SINASEFE deve primar pela defesa do que identifica a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: realização de Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado, de Cursos de Tecnologia .e Licenciatura para as disciplinas da Área Técnica, ou Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica.

O grupo chama a atenção para a chamada pública do governo a respeito de Licenciatura em EPT e defende a participação do Sindicato nesta questão, apresentando a sua proposta. Outro aspecto levantado no grupo é quanto à necessidade de dispormos de dados estatísticos em relação aos diversos aspectos da educação profissional e tecnológica como: número de alunos que ingressam, evasão e número de alunos que concluem os cursos, entre outros.

O grupo também questiona a definição de forma generalizada na oferta de vagas quer para o ensino técnico quer para as licenciaturas ferindo o princípio da autonomia. Entende que não há autonomia pela metade.

Por fim o grupo chama a atenção para a gravidade da afirmação de que a proposição legislativa não importará em aumento de despesas.

O grupo defende imediata manifestação do SINASEFE contestando o governo diante desta afirmação que considera muito perigosa e uma contradição inexplicável.

PROPOSTAS DO GRUPO PARA A DN DO SINASEFE:

1 – Que a DN publique orientações sobre como utilizar o site da Câmara e do Senado para o acompanhamento da tramitação do PL;

2 – Propor o acréscimo do Colégio Pedro II, INES, IBC e COLÉGIOS MILITARES no art. 1º, como instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

3 – Suprimir o Inciso III do Art. 1º -O grupo entende que este inciso fere a autonomia das Universidades e que se inclua ou não tam-

bém as Universidades Federais. A inclusão das Universidades deve ser decidida com a participação também dos seus trabalhadores e de suas entidades representativas, como o ANDES;

4 – Que a DN encaminhe a análise e o debate a respeito das implicações técnicas e jurídicas do que estabelece o caput do Art. 2º que define os IFs como instituições de educação superior, em especial a questão previdenciária e a comparação com o estabelecido na LDB a respeito da educação superior;

5 – Identificar a legislação pertinente e analisar as implicações do que é estabelecido no § 1º do art. 1º do PL;

6 – Identificar a legislação e debater as implicações da expressão acreditadoras conforme estabelece o art. 2º no seu § 2º;

7 – Suprimir o art. 4º;

8 – Realizar o debate com os trabalhadores das Universidades sobre a participação das Escolas Vinculadas às Universidades Federais na Rede que este PL cria;

9 – Que a Direção Nacional do SINASEFE promova estudo a respeito da legitimidade e legalidade do processo coordenado pelo MEC que culminou na definição do número e composição dos IFs relacionados no art. 5º para que a partir deste estudo a entidade se posicione a favor ou contrário ao que estabelece o art. 5º.

RESOLUÇÕES FINAIS DO IV SEMINÁRIO DE RIO POMBA:

1. PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS.
2. CRIAÇÃO DE GT PE NAS SEÇÕES SINDICAIS.
3. INTERVENÇÃO NOS PPI DEFENDENDO OS PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS EMANCIPATÓRIOS.
4. FAZER MAPEAMENTO DOS PROGRAMAS NA RFEPT COM DADOS ESTATÍSTICOS E SOCIALIZÁ-LOS COM OS GT DE BASE
5. CRIAR E-MAIL DA PASTA E DISPONIBILIZAR NO SITE DO SINASEFE
6. AUDIÊNCIA MEC E CÂMARA SOBRE PL

Discussão com Relator – urgente

Mandar lista dos Deputados da Comissão de educação

Disponibilizar relatório e DVD do Seminário

Aula de Vôo

de Mauro Iasi

O conhecimento
caminha lento feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe
e voraz contenta-se com cotidiano orvalho
deixado nas folhas vividas das manhãs.
Depois pensa que sabe
e se fecha em si mesmo:
faz muralhas,
cava Trincheiras,
ergue barricadas.
Defendendo o que pensa saber
levanta certeza na forma de muro,
orgulha-se de seu casulo.
Até que maduro
explode em vôos
rindo do tempo que imagina saber
ou guardava preso o que sabia.
Voa alto sua ousadia
reconhecendo o suor dos séculos
no orvalho de cada dia.
Mas o vôo mais belo
descobre um dia não ser eterno.
É tempo de acasalar:
voltar à terra com seus ovos
à espera de novas e prosaicas lagartas.
O conhecimento é assim:
ri de si mesmo
E de suas certezas.
É meta de forma
metamorfose
movimento
fluir do tempo
que tanto cria como arrasa
a nos mostrar que para o vôo
é preciso tanto o casulo
como a asa



SINASEFE